

# Perspectiva de lenta recuperação do saldo comercial

Nas negociações com o Clube de Paris, no mês passado, as autoridades brasileiras não se comprometeram com nenhuma meta relativa ao saldo da balança comercial neste ano. Foi apresentada apenas, para fins indicativos, a cifra de US\$ 10,4 bilhões. Mas já naquela altura os técnicos do governo admitiam que dificilmente o superávit comercial em 1987 seria muito superior a US\$ 8 bilhões.

Com base no resultado obtido em janeiro — superávit de US\$ 129 milhões, anunciado nesta semana —, levantam-se dúvidas até mesmo quanto à obtenção de um saldo global neste ano da ordem de US\$ 8 bilhões. Com efeito, presumindo que as cifras relativas a fevereiro não serão muito diversas, verifica-se que, para atingir um superávit anual daquela grandeza, será preciso que a conta de comércio, de março em diante, deixe um superávit médio mensal em torno de US\$ 750 milhões.

Parece muito. E verdade que o primeiro bimestre é tradicionalmente um período fraco na área

do comércio exterior. Mas o que preocupa é a visível perda de dinamismo das exportações brasileiras a partir de outubro do ano passado. No período janeiro a agosto de 1986, o valor das exportações mensais girou em torno de US\$ 2 bilhões. Em setembro, o total caiu para US\$ 1,857 bilhão e, em outubro, para US\$ 1,341 bilhão. De lá para cá, o total mensal não foi superior a essa marca, parecendo mesmo, pelo resultado de janeiro, que o valor das exportações baixou para a casa de US\$ 1,2 bilhão. Enquanto isso, o valor das importações tem-se mantido relativamente constante, variando na faixa entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,2 bilhão.

Em um quadro como este, com as exportações praticamente empatando com as importações, não será a retenção de guias de importação e outras medidas que vêm sendo tomadas pela Cacex que serão capazes de produzir um saldo como o País necessita. O que se espera é que, com o desaquecimento do mercado interno, as empresas

passem a se voltar mais para a exportação nos próximos meses, devendo ocorrer, simultaneamente, um decréscimo das importações pelo setor privado.

A essa altura, não parece que o governo esteja inclinado a decretar uma maxidesvalorização do cruzado, que teria um poderoso impacto sobre as já elevadíssimas taxas de inflação. O Banco Central deve continuar obedecendo à regra de desvalorizar a moeda, pelo sistema das minidesvalorizações, na medida do crescimento da inflação. Para alguns observadores, não está excluída a hipótese de que as desvalorizações sejam aceleradas em uma certa extensão nos próximos dois meses, mas sem chegar a um ponto que possa vir a ter um efeito traumático sobre os preços internos.

Essa estratégia poderá funcionar, mas será preciso ter paciência. Não havendo uma máxi, não se deverá observar uma reviravolta brusca que possibilite às exportações retornarem ao nível

de US\$ 1,8 bilhão a US\$ 2 bilhões em curto espaço de tempo. É previsível que apenas no segundo semestre deste ano as vendas externas alcancem um patamar comparável ao de meados do ano passado.

O problema, naturalmente, como temos focalizado nestas colunas, será uma queda mais acentuada das reservas, que, segundo informações extra-oficiais, já teriam caído abaixo do nível de segurança, estando atualmente em torno de US\$ 3 bilhões. Oficialmente, o governo tem negado que pretende adotar a curto prazo o sistema de centralização de câmbio, tal como posto em prática no período mais crítico da crise cambial de 1982-83.

Tudo parece indicar, contudo, que, em face do comportamento decepcionante da balança comercial, poderá não haver outro remédio. Embora a medida deva ser provisória, certamente a sua adoção será um complicador a mais na renegociação da dívida externa.